

PRÁTICAS SOCIAIS DE DIREITO A TER FAMÍLIA

Coordenador: NEILA SPEROTTO

Esta proposta consiste na criação de um espaço de atendimento, estudo, apoio e reflexão sobre as desigualdades sociais e as demandas por intervenção às questões ligadas ao exercício da Cidadania e a garantia dos Direitos Humanos e Sociais, prioritariamente aos direitos da Criança e do Adolescente e de segmentos sociais vulnerabilizados, a fim de construir indicadores para embasar a criação de políticas públicas de atenção à família. Formas diferentes de compreensão do fenômeno família, e até mesmo a questão relacionada aos interesses de manutenção destas relações, precisam ser capturadas no real a partir da prática social realizada, tanto por nós trabalhadores da academia, tanto pelas famílias de trabalhadores que pretendemos atender. Esta articulação e coalizão de interesses certamente possibilitará a construção de conhecimentos referentes a atividade prática, na esfera em questão, que se materializa na problematização da garantia dos direitos humanos de construir família, condição importante para a construção de uma real condição de escolha pessoal e de um entendimento da responsabilidade coletiva no processo de formação do cidadão. Nossa proposta de extensão está sintonizada também com a missão e o compromisso do Centro Universitário Metodista IPA na garantia dos Direitos Humanos, e incondicional respeito à diversidade e a igualdade entre os gêneros. Neste contexto, marcado por uma necessidade de superação das desigualdades sociais e agravamento da questão social, entendemos que o projeto de práticas sociais de garantia ao direito de ter família: planejamento e consolidação do projeto é importante para a garantia dos direitos sociais. O principal objetivo do projeto é problematizar o fenômeno do direito à convivência familiar e o direito ao reconhecimento social das novas formas de organização familiar, viabilizado pela construção e a análise de Práticas Sociais de garantia destes direitos, a partir do exercício de estudos das histórias de vida do público alvo do projeto. Objetivos específicos: * Construir espaço de estudo relativo aos direitos das crianças e adolescentes e das formas de organização familiar; * Estudar a viabilidade de práticas sociais de garantia ao direito de ter família sem restrição de gênero; * Acompanhar o processo de fortalecimento de aspectos de vulnerabilidade social; * Garantir atenção às demandas coletivas e individuais da população; * Instrumentalizar os cidadãos para que possam melhorar sua atuação coletiva e organizada; * Produzir conhecimentos para subsidiar a elaboração de políticas sociais de garantia de direito à família e ao planejamento familiar. * Atender e assessorar a comunidade na efetivação e garantia dos direitos sociais;

* Consolidar o projeto pedagógico do curso de Serviço Social em prática de extensão; * Propiciar espaço de reflexão crítica sobre a realidade social; * Apoiar o exercício da cidadania ; * Construir canais de interlocução com a comunidade; * Oportunizar aos alunos a vivência indissociada do ensino pesquisa e extensão; PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS A metodologia seguirá os preceitos de garantia de direitos, principalmente no que se refere às crianças e adolescentes. Para tanto pretendemos desenvolver ações de atendimento, assessoria /consultoria, formação e pesquisa. O trabalho é desenvolvido sob a coordenação de um professor Assistente Social e de um professor auxiliar Bel. em Direito. A equipe é constituída por alunos prioritariamente dos cursos de Serviço Social e Direito, podendo contar com a participação de alunos de todos os cursos do Centro Universitário Metodista IPA. O espaço se propõe a ser um local de formação de novos profissionais, por esta razão conta com vagas para estagiários. A equipe possui um aluno bolsista. O projeto prevê ações de formação e de atendimento. As ações de formação são atendidas pela criação de um grupo de estudos que se reúne semanalmente, a fim de explorar e problematizar o tema do direito à convivência familiar, ao planejamento familiar, e o estudo nas novas formas de organização familiar, tendo como mote a reflexão e a análise das práticas realizadas nos programas dos serviços públicos de saúde e assistência social. As Ações de Atendimento consistem na elaboração de estudo social sobre a demanda apresentada; intervenção e acompanhamento da situação identificada referente ao direito a convivência familiar; orientações individuais e ao grupo familiar para a garantia de seus direitos; articulação da rede social de apoio; assessoria e consultoria a instituições que desenvolvam trabalhos nestas áreas; formação de grupos multifamiliares para a reflexão e ação de garantia dos direitos. No primeiro semestre de 2006 foram realizados 20 grupos de estudo sobre a temática, 4 oficinas com mulheres privadas de liberdade, totalizando 60 atendimentos e 8 estudos sociais (em fase de conclusão). EQUIPE: Professoras: Neila Sperotto (coordenadora) Vanessa Gonçalves Aluna: Mayra Pappa (bolsista) Outros participantes: 15 alunos da graduação dos cursos de Direito 15 alunos do Serviço Social 1 bacharel em direito